

Os marinheiros nacionais e a ideia republicana:

CIRCULAÇÕES, REVOLTA E APROPRIAÇÕES (ANOS 1910)

Les marins nationaux brésiliens et l'idée républicaine: circulations, révoltes et appropriations (années 1910)

Sílvia Capanema P. de Almeida ¹

RESUMO



Neste artigo, discuto de que forma alguns valores e símbolos republicanos foram explorados pelos marinheiros nacionais nos anos 1910, sobretudo durante a revolta de novembro, conhecida como "revolta da chibata" e por atores que participaram dela. Nesse sentido, a viagem de um dos navios brasileiros em outubro do mesmo ano a Lisboa, testemunhando a Proclamação da República no país europeu, pode ter contribuído para a afirmação da ideia de República no meio dos marujos brasileiros, bem como outras referências e experiências estrangeiras. Essa apropriação da ideia republicana nesse meio popular e majoritariamente composto por negros, pardos e mestiços é reforçada pelos desdobramentos da noção de cidadania na época, pouco mais de duas décadas da abolição da escravidão no Brasil.

Palavras-chave: Marinheiros nacionais. República. Brasil. Portugal. Revolta 1910.

RESUMÉ



Cet article démontre comment les valeurs et les symboles républicains ont été utilisés par les marins brésiliens dans les années 1910, notamment pendant la révolte de novembre connue comme "révolte du fouet", et par des acteurs qui ont participé à ce soulèvement. Le voyage d'un navire de l'Armada brésilienne à Lisbonne en octobre de la même année et le fait que son équipage fut témoin de la proclamation de la République dans ce pays européen peuvent fournir des indices pour l'affirmation de l'idée de République chez les matelots brésiliens, ainsi que d'autres expériences à l'étranger. L'appropriation de cette idée républicaine dans ce milieu populaire et majoritairement constitué de Noirs

¹ Doutora em História pela EHESS, Paris. Professora Adjunta na Universidade de Paris 13-Nord, PRES Sorbonne Paris Cité.

et Métis est renforcée par les usages de la notion de citoyenneté à l'époque, environ deux décennies après l'abolition de l'esclavage au Brésil.

Mots clés: Marins. République. Brésil. Portugal. Révolte de 1910.

A República no Brasil

O advento da República no Brasil está intimamente ligado à ideia de modernidade. Modernidade imaginada e principalmente desejada, e que inclui o desejo de certos setores da sociedade brasileira de compartilhar os valores da civilização ocidental. Nesse contexto, a República da 1889 significa, depois da Independência em 1822, um segundo momento de ruptura com o passado colonial. Trata-se também de um segundo marco na reconstrução do Estado. Um contexto de muitas mudanças, mas também de algumas continuidades².

Devemos considerar duas mudanças nesse processo de modernização: a abolição da escravatura e a queda da monarquia de origem portuguesa, que, ao isolar o Brasil do resto das Repúblicas do continente americano, havia se tornado um símbolo do atraso. Apesar de a monarquia constitucional continuar sendo o modelo de referência política na Europa, a entrada do Brasil na nova modernidade política desejada previa o estabelecimento de uma República de acordo com o modelo federalista norte-americano e a inspiração teórica francesa.

A historiografia tradicional explica a ascensão de ideias republicanas no Brasil a partir da década de 1870 como um processo que envolve vários fatores, incluindo a insatisfação geral com o governo Visconde de Ouro Preto, a crise econômica³, o problema da sucessão do Imperador (cuja filha Isabel era casada com o Conde d'Eu, príncipe francês que não inspirava confiança) e a chamada questão religiosa. Após a abolição da escravidão pelo decreto de 13 de maio 1888, que não previa as indenizações desejadas pelos proprietários de escravos, este grupo, visto como o último ponto de apoio da monarquia, começou também a duvidar do Império e a ver na República a forma mais eficaz de resolver o problema da falta de mão de obra (através da imigração de trabalhadores europeus) e dar mais autonomia para as províncias (através da adoção do princípio federalista) (Costa, 1998).

Mais recentemente, novos estudos, como os de Celso Castro, enfatizam o papel e a ação dos militares, particularmente do Exército, na mudança de regime. Especialmente em relação a dois grandes acontecimentos vividos pelo Exército: a Guerra do Paraguai (1864-

² Sobre um estudo das dimensões políticas da Primeira República, ver, dentre outros: DELGADO e FERREIRA (dir.), 2006; VISCARDI, 2001.

³ A crise econômica foi agravada pelos custos da Guerra do Paraguai. A dívida brasileira passa de três milhões de libras em 1871 a quase 20 milhões em 1889.

1870), ocasião que reforçou o espírito de corpo mas também provocou um sentimento de não reconhecimento pelo Imperador – e a Questão militar (1886-1887) – definida como uma disputa decorrente da publicação de artigos na imprensa para defender a honra e o papel do Exército, levando o governo imperial a proibir os oficiais de discutirem política ou assuntos militares na imprensa sem a autorização do Ministro da guerra⁴. Esses eventos alimentaram o descontentamento com relação ao Império nas fileiras do Exército e o sentimento militar de marginalidade em relação aos civis, particularmente em relação aos políticos, funcionários e bacharéis em direito. Nesse contexto, é precisamente a “mocidade militar”, uma nova geração formada nas escolas de guerra, que endossa o projeto republicano, já que os outros militares mais antigos almejavam melhorias para o Exército, mas não projetavam a queda do regime.

A instauração da República foi, no entanto, repentina, mesmo se o desejo de mudança já se manifestasse bem antes de 1889. (Neves, 2006)⁵. Uma boa parte das tropas que participaram do golpe de Estado nem sequer mesmo percebeu que se tratava de uma troca de regime (Castro, 2000). Quanto ao povo brasileiro, uma versão consolidada da historiografia sustenta que teriam assistido ao golpe “bestializados”, segundo as palavras do jurista e jornalista Aristides Loboretomas pelo historiador José Murilo de Carvalho na sua obra clássica *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi* (Carvalho, 1987). Essas palavras mostram a distância que existia entre o projeto republicano e as camadas populares na época⁶. (Diário Popular, 18/11/1889)

Na ausência de um projeto mais claro, a República, que é rapidamente apropriada pelos governos civis, segue uma orientação liberal nas questões econômicas e políticas, marcando assim, sob esse ponto de vista, mais continuidades do que rupturas com o Império. Os grupos dominantes tentam permanecer o mais próximo possível do poder como uma forma de garantir a estabilidade política do país, sobretudo nos momentos de sucessão presidencial, estabelecendo ao mesmo tempo a exclusão das classes populares do voto e a criação de alianças⁷. Entretanto, a República também foi capaz de abrir novas perspectivas, na medida em que proclamava valores da modernidade ocidental tais como a laicidade, a igualdade e a garantia das liberdades e direitos civis.

Todavia, essa distância da esfera política propriamente dita não significa que as camadas populares não tivessem uma opinião sobre a República, fosse ela negativa ou positiva e variando de acordo com o tempo. A título de exemplo, vários batalhões de

4 Cf: CASTRO, 2000. Uma discussão sobre os modelos históricos atribuídos à “questão militar” e seu papel efetivo na desestabilização do Império ver COSTA, 1996, p. 265-306.

5 O caráter repentino da proclamação pode também ser percebido pelo baile organizado pela família real brasileira na Ilha Fiscal, no dia 9 de novembro de 1889, uma semana antes da mobilização dos militares, em homenagem aos oficiais chilenos do navio *Almirante Cochrane*.

6 Essa leitura historiográfica é atualmente discutida. Minha perspectiva se inscreve na linha recente de pesquisas que propõem reinterpretar a adesão popular à ideia de República. Cf: MELLO, 2008.

7 Sobre o voto, ver, dentre outros, CARVALHO, 2005. Sobre o sistema de alianças, ver: VISCARDI, 2001.

soldados se rebelaram nos novos Estados da República para mostrar o seu apego ao Imperador e à Monarquia, entre novembro e dezembro de 1889. Compostos em grande parte de negros e pardos, esses contingentes afirmavam a sua fidelidade à princesa Isabel, que havia assinado o decreto da abolição⁸. Inversamente, também podemos encontrar outros sinais de adesão ao regime republicano depois da proclamação. Se a República não era um projeto popular em sua origem, o povo também soube se apropriar dela em alguns momentos posteriores e de acordo com os seus interesses, utilizando particularmente seus símbolos e construindo, aos poucos, uma noção republicana de cidadania pouco depois da abolição e para além da participação através do voto. (Mattos, 2012)

A República de Portugal em contato com a Marinha do Brasil

Em Portugal, a historiografia demonstra o importante papel desempenhado pela Marinha na mudança de regime. Esse papel e participação ao projeto republicano diz respeito aos oficiais, mas também inclui os marinheiros subalternos, sargentos e oficiais inferiores (Serrão; Marks, 1991, p. 698-699).

No início do século XX, as trocas entre Portugal e o Brasil por intermédio da Marinha de Guerra brasileira eram constantes, as viagens Atlânticas numerosas. Em 1910, o navio *Bahia* retorna ao Brasil trazendo a bordo 70 portugueses que desejavam imigrar (ilegalmente, de acordo com o embaixador português no Brasil) e foram autorizados a ajudar no trabalho a bordo, apesar de ser denunciado o fato de haver dentre eles menores e possíveis criminosos⁹.

A Marinha brasileira também exercia o papel de estabelecer relações diplomáticas. Assim, a partir de outubro de 1910, Hermes da Fonseca, Marechal do Exército e já eleito presidente do Brasil, chega a Lisboa a bordo do moderno navio de guerra *São Paulo*. Convidado de D. Manuel II, sua visita é manchete nos principais periódicos portugueses, como *O Século*, que dedicou toda a sua primeira página ao tema no dia 1o. de Outubro, e *O Mundo*, no dia seguinte. *O Mundo* era, no entanto, um órgão republicano e a visita Hermes da Fonseca foi utilizada como pretexto para a propaganda republicana. No dia 02 de outubro, as páginas de *O Mundo* diziam : "Viva o Presidente Hermes! Felicidades ao Brasil!

8 Essas revoltas populares aconteceram em Desterro, Santa Catarina, Rio de Janeiro et às margens do rio APA, no Mato Grosso. Ver: CASTRO, Celso, "Revoltas de soldados contra a República", In : Castro; Izecksohn, Kraay (org.), 2004, p. 301-313.

9 De acordo com o relatório de viagem de: Capitão de Fragata Carlos Pereira Lima, Relatório de viagem, Correspondência, Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2 de julho de 1910.

Viva a República!". No dia seguinte, o republicano Miguel Bombarda era assassinado, evento que acelerou o advento da República em Portugal¹⁰.

No dia 03 de outubro às 17h, o rei português é recebido a bordo do encouraçado *São Paulo*, convidado pelo Presidente Hermes e pelo Comandante Pereira e Sousa. Brindam com Wisky, D. Manuel visita o navio e assiste a uma sessão de ginástica dos marinheiros, seguida pelas saudações militares clássicas e 21 tiros de canhão. À noite, jantam juntos no Palácio de Belém, quando o rei D. Manuel recebe uma mensagem alertando-o contra o início dos protestos em Lisboa (Love, 2012). A 1h do dia 04 de outubro, a revolta eclode na cidade, incluindo três navios da Marinha de Guerra portuguesa: *Adamastor*, *São Rafael*, que bombardeiam a residência do Rei, e o *Dom Carlos*, cuja tripulação se rebela matando o capitão do navio que tinha permanecido fiel ao rei¹¹.

Pela manhã, chegava ao fim uma das monarquias mais antigas da Europa. 21 anos mais tarde, como os republicanos brasileiros no momento da destituição de seu imperador, os republicanos portugueses também cantaram a Marselhesa (LOVE, 2012).

A mudança de governo deixa Hermes da Fonseca em uma posição difícil, já que havia sido convidado pelo rei D. Manuel. No entanto, em 6 de outubro, seguindo os conselhos do Presidente Peçanha e do Ministro das Relações Exteriores Rio Branco, saúda o novo presidente interino de Portugal, Teófilo Braga, a bordo do encouraçado *São Paulo*.¹² (LOVE, 2012). O navio português *Adamastor* parte para o Brasil seis semanas mais tarde para a posse do presidente Hermes no dia 15 de novembro de 1910, sendo, por sua vez, testemunha de um outro acontecimento, desta vez envolvendo a Marinha do Brasil: a revolta dos marinheiros brasileiros de novembro de 1910.

Os marinheiros brasileiros e a ideia republicana

Alguns dias mais tarde, na noite do 22 de novembro, é a vez do presidente Hermes da Fonseca, que se encontrava em uma recepção no Clube da Tijuca, ser surpreendido por uma importante revolta de marujos no Rio de Janeiro. Inicialmente, suspeita-se um movimento político visando destituir o novo governo. Porém, já a partir das primeiras mensagens e radiogramas enviados pelos marinheiros, fica claro que se tratava de uma revolta para reclamar, acima de tudo, o fim dos castigos corporais ainda aplicados na Marinha brasileira, principalmente o recurso à chibata (Capanema, 2009; Morel, 2009). De fato, na véspera do movimento, um marujo é castigado com mais de 200 chibatadas, desencadeando a revolta

10 Sobre a recepção pela imprensa portuguesa da chegada de Hermes da Fonseca em outubro de 1910, ver: LOVE, 2012.

11 Segundo *O Século*, 5/10/10, p.1; *O Mundo*, 5/10/10, p. 2; *A Luta*, 5/10/10, p. 1-2.

12 *A Luta*, 4/10/10, p.1 et 7/10/10, p.1. In: LOVE, 2012.

organizada há alguns meses e que conta com a participação de aproximadamente 2300 marinheiros, na maioria negros, mestiços e originários do Nordeste, comandados pelo primeira-classe João Cândido, apelidado "almirante negro" pela imprensa. Os rebeldes tomam o comando dos 4 principais navios de guerra brasileiros, os poderosos encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo*, recentemente adquiridos na Inglaterra, e os scouts *Bahia* e *Deodoro*, navios que faziam partedo projeto de renovação da frota naval da República brasileira.

Essa revolta dura aproximadamente 6 dias e os rebeldes obtém atenção para as suas demandas, a garantia da anistia, bem como a substituição dos oficiais não apreciados a bordo. Porém, alguns dias mais tarde, são surpreendidos por um decreto que autoriza o desligamento dos militares « prejudiciais à disciplina a bordo ». Uma nova revolta acontece no início de dezembro de 1910 no Batalhão Naval, mas desta vez é reprimida com violência¹³. Vários oficiais são presos, muitos são mortos e outros deportados, junto com mais de 200 soldados do Exército, mendigos, prostitutas, para a Amazônia brasileira, numa espécie de limpeza da cidade do Rio promovida pela colaboração entre as autoridades militares e policiais.

Neste contexto de violência e repressão, as reivindicações dos marinheiros de novembro 1910 nos dão algumas pistas para a compreensão das ideias que circulam no meio corporativo e popular. Vários elementos contidos nos discursos dos marinheiros nos indicam uma combinação de valores militares e da cultura marítima (memória de outras revoltas, relação com os superiores), bem como demandas dos trabalhadores de seu tempo (redução de horas de trabalho, treinamento para marinheiros subalternos), mas também referências republicanas (uma reafirmação constante de termos relacionados à cidadania e à República) (Capanema, 2009).

Apesar da proximidade das datas e da presença de navios brasileiros na proclamação da República em Portugal, não podemos, por falta de evidências encontradas nos documentos, fazer uma relação definitiva entre os dois movimentos. Mas algumas pistas existem. Em primeiro lugar, a revolta dos marinheiros brasileiros, conhecida pela historiografia como "revolta da chibata"¹⁴ foi influenciada por experiências externas. Na Inglaterra, no início de 1910, quando foram enviados para preencher os novos navios, os marinheiros tomaram conhecimento de outras revoltas, da condição de seus colegas locais e, provavelmente, das exigências dos trabalhadores. O Ministro da Marinha Marques de Leão escreveu, em seu relatório de 1911, procurando explicar as motivações subjacentes dos rebeldes em 1910 que os marinheiros:

Mandados à Europa para tripular as unidades em fabrico, lá sofreram as piores influências dos centros anarquizados pelas ideias subversivas

13 Sobre essa segunda revolta no Batalhão Naval ver: Samet, 2011.

14 Título do livro de Morel (2009), publicado pela primeira vez em dezembro de 1958.

de um liberalismo mal compreendido, e ao regressarem à pátria depois de haverem patenteado ao estrangeiro o valor de sua disciplina e educação cívica, vieram construir-se em sociedades secretas prontas a ser exploradas pelas agitações do movimento.¹⁵ (Relatório do Ministro da Marinha, 1911, 23)

Em outro nível de memória, os filhos de Adalberto Ferreira Ribas, marinheiro que participou como um dos líderes do levante em 1910 a bordo *Bahi* (*Gazeta de Notícias*, 07/01/1913),¹⁶ contam que, segundo seu pai, as experiências de uma viagem ao Chile contribuíram para a indignação antes da revolta. Durante esta viagem, em Valparaíso, “o marujo foi castigado. O castigo era chibatada e no convés com toda a tripulação perfilada. E a cada chibatada a tripulação dos outros navios vaiava porque ainda existia o castigo corporal na Marinha brasileira e mais em nenhuma Marinha no mundo”¹⁷ (Capanema, 2009) Esse testemunho nos proporciona um novo elemento para compreender o sentimento de indignação: a formação de uma consciência a partir desse duplo olhar construído no exterior, o olhar sobre o outro e do outro sobre si.

Quanto às palavras utilizadas pelos marujos, em uma fotografia da guarnição rebelde do *Bahia* publicada na revista *O Malho* em 3 de dezembro de 1910, vemos Francisco Dias Martins, identificado pelo subtítulo como o “comandante” do navio durante a revolta, carregando uma bandeira com as palavras “ordem e liberdade”¹⁸. Essa apropriação do emblema republicano, que também aparece em uma toalha bordada por João Cândido durante sua estadia na prisão da Marinha depois de janeiro de 1911¹⁹, é apenas uma outra maneira de expressar a demanda por cidadania em sua concepção de serem “marinheiros, cidadãos brasileiros e republicanos”, como se definem em seu manifesto. No mesmo documento, outros termos que indicam essa ideia de cidadania aparecem, como “povo” e “pátria”. Dentro dessa perspectiva, a referência à “ordem” expressa essa consciência dos valores republicanos brasileiros oriundos da corrente positivista e importante para organização militar (Capanema, 2009).

A ordem militar não era estranha para marinheiros. Estavam familiarizados com ela desde a escola de aprendizes e, mesmo durante a organização da revolta, reproduziam-na. Assim, os rebeldes escolheram oficiais dentre eles para os cargos de comando, comunixaram-se com as autoridades da forma como era de costume na Marinha, deslocaram navios de acordo com planos pré-definidos e respeitaram as saudações militares

15 *Relatório do Ministro da Marinha*, 1911, p. 23.

16 Matéria intitulada “Memórias de João Cândido: o marinheiro”.

17 Testemunho de Marcos Valério Ferreira Ribas, Entrevista de Marcos Valério Ferreira Ribas e Adaléia Ribas Barbosa.

18 A revista *Careta* publica no mesmo dia essa fotografia, indicando que ela foi tirada no dia 26 de dezembro de 1910, dia da anistia. Os marinheiros pareciam tranquilos e orgulhosos do movimento.

19 Essas toalhas foram descobertas pelo historiador José Murilo de Carvalho (Carvalho, 1998, p. 15-33).

habituais. Eles inverteram essa ordem, na medida em que eles tomaram o lugar dos oficiais, mas não questionaram a hierarquia em si²⁰.

Quanto à liberdade, a noção que tinham nos mostra um outro nível de compreensão da dimensão da cidadania. Em oposição a escravo, outra palavra também usada em seus discursos, os marinheiros exigiam liberdade, isto é, liberdade de possuírem seus próprios corpos e de serem respeitados como sujeitos e trabalhadores (ou militares). Este é um dos primeiros sentidos de cidadania: o direito de ser respeitado como pessoa, para além preconceitos e posses²¹. Portanto, a punição corporal perdia a sua legitimidade - bem como outras formas de maus tratamentos - já que os oficiais não tinham o direito de bater em homens livres, cidadãos, a serviço da Armada brasileira. Em uma das proclamações dos rebeldes encaminhada ao Ministro da Marinha, os marujos esclarecem essa ideia de cidadania e liberdade: "Ao ministro da Marinha Brasileira (...) pedimos a V. Excia. abolir o castigo da chibata e os demais bárbaros castigos pelo direito da nossa liberdade, a fim de que a Marinha brasileira seja uma Armada de cidadãos e não uma fazenda de escravos que só tem dos seus senhores o direito de serem chicoteados." (S/d, cité par MOREL, 2009, p. 102).

Apropriações dos símbolos republicanos

Duas trajetórias de líderes do movimento nos permitem entender melhor e qualificar a apropriação de valores e símbolos republicanos. Um deles é o marujo de primeira classe Adalberto Ferreira Ribas, citado acima. Segundo sua certidão de casamento, nasceu no dia 23 abril de 1891 em Monte Alegre, no Estado do Bahia²². Tinha, portanto, 19 anos na época da revolta. De acordo com seus dois filhos, seu avô, Valério Ribas, participou da Guerra do Paraguai e era monarquista. Alegava que perdera tudo após a abolição da escravatura e a chegada da República, inclusive sua propriedade que dá origem à cidade de Cafezal e seu cartório, segundo a memória da família, "para os escravos e republicanos". Mas Adalberto Ribas não conheceu o pai, que morreu pouco antes de seu nascimento. Como sua mãe não tinha meios suficientes para criá-lo, ele foi educado por dois padres católicos, um francês e um italiano. Sempre de acordo com o testemunho de seus filhos, Ribas integrou

20 Remetemos aqui à análise de Victor W. Turner: "Les rituels d'inversion de statut concilient ces deux points de vue. En élevant ceux qui sont en bas et en abaissant ceux qui sont en haut, ils réaffirment le principe de hiérarchie. En amenant ceux qui sont en bas à imiter (souvent jusqu'à la caricature) le comportement de ceux qui sont en haut, et en restreignant les initiatives des orgueilleux, ils soulignent le caractère raisonnable du comportement quotidien, inscrit dans la culture, qui règle les relations entre ceux qui appartiennent aux différentes conditions sociales." TURNER, 1990, p. 170.

21 José Murilo de Carvalho estuda os diferentes níveis de cidadania no Brasil e demonstra como a aquisição de direitos civis, políticos e sociais foi obra de um longo processo executado de maneira incompleta (Carvalho, 2005). No entanto, a cidadania reclamada pelos marinheiros, no meu ponto de vista, não corresponde necessariamente a essas esferas de direito, mas a uma noção ainda mais essencial que se relaciona à busca de reconhecimento e de respeito como sujeitos livres. Ver: MATTOS, 2004.

22 Arquivo privado da família Ribas, Certidão de casamento de Adalberto Ferreira Ribas e Laudelina Motta, 15/12/1921.

voluntariamente uma escola de aprendizes marinheiros, em Salvador, quando tinha entre 12 ou 14 anos, porque não queria continuar o seminário e se tornar-se padre como previsto.²³ (Capanema, 2009).

Sobre a Marinha do seu tempo, Adalberto Ribas contava aos filhos que a maioria dos marinheiros não sabia ler nem escrever²⁴, enquanto ele, havia não somente sido alfabetizado, como também falava francês muito bem e conversava com um oficial em francês. Após a revolta dos marinheiros, Ribas assume sua outra ocupação principal, a de professor, profissão indicada em sua certidão de casamento. Para escapar da repressão, fugiu para o sul do Brasil, onde se tornou professor de português em uma colônia de imigrantes alemães no vilarejo de Brusky.

Era um grande admirador da cultura francesa. Seus filhos contam que teria brigado na colônia alemã de Santa Catarina por causa de rivalidades durante a Primeira Guerra Mundial. Nesse contexto, também contava que teria discutido com a população local quando cantavam a Marselhesa, pois, segundo Adalberto Ribas, "cantavam muito mal." De acordo com os filhos, o ex-marinheiro Ribas teria ensinado a todos seus alunos a cantar a Marselhesa e a recitar poemas de Victor Hugo em francês. Também se lembram que seu papagaio falava algumas palavras de francês e que um amigo comerciante libanês vinha frequentemente tomar um café em sua casa na Ilha do Governador só para falar francês com o pai²⁵.

Outro tipo de trajetória é a do marujo João Cândido. Originário do Rio Grande do Sul, era mais velho do que a maioria de seus companheiros na época da revolta de 1910: tinha 30 anos e serviu à Marinha por 16 anos. Em sua caderneta, são registradas várias viagens internacionais, punições por mau comportamento, bem como alguns elogios, promoções e algumas degradações. João Cândido foi um dos únicos sobreviventes dentre os presos de dezembro de 1910. Permaneceu na prisão até o julgamento pelo Tribunal Militar em 1912, quando foi absolvido e desligado da Marinha. Após sua liberação, o jornalista João do Rio publica uma versão das memórias do marujo na *Gazeta de Notícias* entre 31 de dezembro de 1912 e 12 de Janeiro 1913 ("Memórias João Cândido, O Marinheiro"). O texto é bem escrito e próximo de um "diário de viagem", forma de narrativa praticada pelos oficiais da Marinha, mas raramente por marujos subalternos. Alguns elementos nos levam a crer que as memórias podem ter sido alteradas pela revisão de João do Rio ou de algum outro editor do jornal. No entanto, com relação ao conteúdo, várias são as evidências de que só um

23 Entrevista com Marcos Valério Ferreira Ribas e Adaléia Ribas Barbosa (Capanema, 2009).

24 Todavia, quanto ao domínio da leitura e da escrita, podemos perceber outras particularidades no meio dos marinheiros nacionais. O grande número de mensagens enviadas, algumas cartas, assim como outros documentos e testemunhos nos indicam que, mesmo se contendo uma escrita por vezes com lacunas e dificuldades, havia no grupo alguns marujos capazes de ler e de escrever. Essa relação com a escrita, como demonstrou Roger Chartier (2003, p. 81-118), podia apresentar diferentes níveis entre o analfabetismo completo e o bom domínio da escrita e leitura. Ver também, sobre o papel na escrita na revolta dos escravos malês em 1835: Goody, 2007.

25 Sobre as trocas entre a ideia de República no Brasil, Portugal e França, ver: PONCIONI; ESTEVES; DA COSTA, 2013.

marinheiro que participou ativamente do evento poderia ter conhecido as informações contidas no texto. Assim, as memórias são muito provavelmente de João Cândido, mesmo se modificado por João do Rio²⁶.

No período em que serviu à Marinha, João Cândido se reengajou por duas vezes, o que nos permite pensar que escolheu continuar voluntariamente na instituição. Em suas "Memórias", escreveu:

Estava por sete meses a minha baixa. Todos os dias, trabalhando ou debruçado das amarras do meu navio, às horas de folga, ficava a pensar longamente sobre o que me restava a fazer, chegada a hora em que devia deixar a vida, levada, desde muito tempo, com tantos sonhos e tristes decepções. Foram meses de muitas resoluções. Uma vez que me lembrava continuar ali, esperando um outro dia de grandeza para o Brasil, em que eu, orgulhoso, trouxesse a farda da sua Marinha; outros momentos tinha eu de grande desânimo, cansado de esperar o que fora sempre o meu sonho. (...) Não, o Brasil há de vencer! Muito breve ele virá a ser o poderoso, respeitado, sem receio de ataques à sua liberdade... Ficarei, não me afastarei da sua Armada, cujo futuro há de ser de muitas glórias. (Gazeta de Notícias, 31/12/1912).

Em outras passagens, escreve sobre o prazer que tinha ao visitar outros países em uma época em que viajar era algo reservado às classes mais abastadas, além de marinheiros. Assim, ele diz:

Eu atravessaria a França, do Toulon a Calais. Meti-me, numa manhã, num trem expresso, passando por Marselha. S. Quintino, Massou, Dijon e Paris. Vi, num relance, a bela e valorosa terra da França, tão adorada de todos os brasileiros. Na corrida em que a atravessei, senti, entretanto, um enorme prazer, uma alegria imensa. Como é deliciosa a França, com o inegalável encanto da sua vida, da sua civilização e da sua história cheia de heróis! (Gazeta de Notícias, 02/01/1913).

Este amor pela França e por Paris estava em sintonia com o espírito do tempo. Seu testemunho, bem como o de Adalberto Ribas, nos permite pensar que a francofilia não era apenas um sentimento das elites²⁷.

²⁶ Ver CAPANEMA, 2011 e RODRIGUES, 1996.

²⁷ Em 2009, um seminário foi organizado na Fundação Casa de Rui Barbosa no contexto do Ano da França no Brasil cuja proposta era retomar a periodização dessa presença francesa no Brasil, imaginária ou efetiva, e essa dupla relação dos brasileiros com a cultura francesa (entre francofilia e francofobia). Ver: CAPANEMA, COMPAGNON, FLECHET, no prelo.

João Cândido serviu no encouraçado *Minas Gerais* e não estava em Portugal, como a tripulação do *São Paulo*, na época da proclamação da República portuguesa. Porém, conta em suas "Memórias" que eles tinham tido contato com a família real portuguesa em novembro de 1909 e, de acordo com a sua narrativa, os marinheiros tinham um olhar simpático em relação à coroa portuguesa:

Os portugueses receberam-nos com grande júbilo e cordialidade. Lisboa foi sempre grande acolhedora da nossa marinhagem. Mesmo a família real era a mais empenhada em que o Brasil fosse festejado e honrado em terra portuguesa. Os reis e os príncipes vinham sempre a bordo, quando lá íamos. A rainha D. Amélia, a grande soberana, cujas virtudes nós admirávamos muito, era uma sincera e entusiástica amiga dos marinheiros brasileiros. Uma vez no Benjamin, esteve muito tempo a ver-nos dançar o nosso 'maxixe'. Sua Majestade nos aplaudiu e nos elogiou alegríssima, procurando que compreendêssemos bem a sua satisfação de ter um momento de permanência no belo barco da nossa pátria. (Gazeta de Notícias, 03/01/1913).

As relações com o poder impressionavam os marujos, bem como a possibilidade de viajar e de representar a pátria brasileira no exterior. Suas opiniões políticas, que poderiam levar a organização de movimentos e revoltas, inseriam-se nos contextos em que viviam e eram também modificadas a partir desse contato com o exterior e das experiências das viagens. Se a monarquia podia parecer simpática em alguns momentos, como representação do poder e a partir de algumas figuras reais estimadas, as ideias republicanas, ainda que de maneira rápida, tornam-se mais eficientes na construção de uma argumentação em defesa da "liberdade" e da "cidadania" que garantiriam melhores condições cotidianas de trabalho e vida na Marinha.

Em guisa de conclusão

Se não podemos estabelecer com certeza o impacto direto dessas trocas para a revolta dos marinheiros de 1910, fica evidente que estavam em contato com as diferentes nações e que circulavam entre vários universos como representantes oficiais da pátria brasileira. Os marujos tinham uma visão complexa das idéias de seu tempo que eram apropriadas ao seu modo, misturando elementos que indicam simpatia com os símbolos monárquicos e republicanos, bem como pela ordem política e militar, e elementos de reivindicação por melhores condições do mundo em que viviam.

O estudo de caso aqui apresentado nos conduz a pensar que o modelo de "povo acomodado" (bestializados) não pode induzir, apesar de tudo, a uma interpretação das classes populares brasileiras como apolíticas e que não souberam construir a sua própria visão da noção de República. Assim, como vimos, os conceitos de "República" e "cidadão" suscitaram apropriações múltiplas. Se o povo assitiu bestializado à proclamação da República, ele também foi capaz mais tarde de reivindicar um lugar no novo regime, inclusive por meio de repetidas demandas de cidadania.

Bibliografia:

ABREU, Martha; GOMES, Ângela (org.). Dossiê "A Nova Velha República". Niterói, *Tempo*, V. 13, n. 26, janeiro 2009.

CAPANEMA P. De ALMEIDA, Silvia. « 'Nous, marins, citoyens brésiliens et républicains': identités, modernité et mémoire de la révolte des matelots de 1910 », Tese de doutorado em História, Paris, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, dezembro de 2009, 585p.

CAPANEMA P. de ALMEIDA, Silvia. "Do marinheiro João Cândido ao Almirante Negro: conflitos memoriais na construção do herói de uma revolta centenária". *Revista Brasileira de História*, v. 31, p. 61-84, 2011.

CAPANEMA P. de ALMEIDA, Sílvia; COMPAGNON, Olivier; FLECHET, Anaïs. *Os franceses não tomam banho? Imagens e Imaginário da França no Brasil (séculos XIX-XXI)*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, no prelo.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: um longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. "Os bordados de João Cândido". In: _____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 15-33.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004

CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CHARTIER, Roger (dir.). *Pratiques de la lecture*. Paris: Payot, 2003.

- COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: UNESP, 1998 (4ª ed.).
- COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles. O Exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves, FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil Republicano, Volume 1, O Tempo do Liberalismo Excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- GOODY, Jack. *Pouvoirs et savoirs de l'écrit*. Paris: La Dispute, 2007.
- LOVE, Joseph. *The Revolt of the Whip*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2012.
- MATTOS, Hebe. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- MOREL, Edmar. *A revolta da chibata* [Organização de Marco Morel]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009 (5ª ed.).
- PONCIONI, Cláudia; ESTEVES, José Manuel da Costa; DA COSTA, José (org.). *Hommes de lettres et la Res publica au Portugal et au Brésil*. Paris: Michel Houdiard Éditeur, 2013.
- RODRIGUES, João Carlos. *João do Rio: uma biografia*. Rio de Janeiro: Toopbooks, 1996.
- SAMET, Henrique. *A revolta do Batalhão Naval*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- SCHWARCZ, Lília Moritz (dir.). *História do Brasil Nação, Volume 3, A Abertura para o Mundo, 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- SERRAO, Joel; MARQUES, A H. de Oliveira (dir.). *Nova História de Portugal: Portugal da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença, 1991.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.
- TURNER, Victor W. *Le Phénomène rituel: structure et contre-structure*. Paris: PUF, 1990.

Texto recebido em 18 de agosto de 2013 e aprovado em 12 de fevereiro de 2014